

EDcl no RECURSO ESPECIAL nº 1096196 - MG (2008/0218471-8)

RELATOR : MIN. ANTONIO CARLOS FERREIRA

EMBARGANTE : SBL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

ADVOGADOS : JOSÉ HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA - MG014651

: KARLA CRISTINA DE SOUZA MACHADO - MG078980

: TATIANA DA ANUNCIAÇÃO - MG123531

: TIBAGY SALLES OLIVEIRA - MG010498

: LUIZ SERGIO GONCALVES FERREIRA FILHO - MG119219

: ILDETE MIRANDA COSTA - MG033890

**: JULIA MARIA RUSSO DE MAGALHAES DRUMMOND -
MG197066**

EMBARGADO : MINERITA MINERIOS ITAUNA LTDA

ADVOGADO : BRUNO DIAS GONTIJO E OUTRO(S) - MG100506

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por SBL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. à decisão de fls. 659/660 (e-STJ), que deu provimento ao recurso especial interposto por MINERITA MINEIROS ITAUNA LTDA. "para cassar o acórdão recorrido que conheceu do agravo de instrumento" (e-STJ fl. 660) da ora embargante. O *decisum* embargada está fundamentado na jurisprudência desta Corte "no sentido de que a diligência estabelecida no 'caput' do art. 526 do CPC é obrigatória, importando o seu descumprimento, desde que alegado e provado pela parte agravada (hipóteses dos autos), no não conhecimento do agravo de instrumento, independentemente de prejuízo para a parte agravada" (e-STJ fl. 659).

Alega a embargante haver omissão quanto às alegações apresentadas nas contrarrazões ao recurso especial acerca do cumprimento do art. 526 do CPC. Para tanto, explica:

"Em suas contrarrazões a Embargante alega:

'(...)

Acontece que a ora recorrida/SBL, **a tempo de modo CUMPRIU o disposto no art. 526 do CPC, utilizando o PROTOCOLO INTEGRADO, peticionou e protocolou com n. 055216, em 25.07.2007, às 15:05 horas, na Comarca de Betim**, sendo a petição recepcionada na Comarca de Bom Despacho, aos 30.07.2007, conforme n. 007299, às 15:07 horas e o despacho do MM. Juiz 'a quo', ocorreu em 31 do mesmo mês. (fls. 529 TJ). Diante do acima exposto e comprovado, juntando, neste ato o comprovante determinado pelo art. 526 do CPC.' – grifo e destaque nosso.

Dessa forma, tem-se que a interposição do AGRAVO DE INSTRUMENTO se deu na data do dia 20/07/2007, também por PROTOCOLO INTEGRADO na Comarca de Betim às 14:12 horas e número 034750 e sendo recebido no Egrégio TJMG na data do dia 24/07/2007 às 10:57:10 horas e número 0000325305200710 – às fls. e-STJ fls. 03. Tem-se por certo que a data do dia 20/07/2007 era uma SEXTA-FEIRA, começando-se então a contar o prazo de 03 (três) dias da norma do art. 526 do CPC, somente na

SEGUNDA-FEIRA dia 23/07/2007, tendo sido CUMPRIDO o referido dispositivo legal na data do **dia 25/07/2007 via PROTOCOLO INTEGRADO**, como afirmado em suas Contrarrazões ao Recurso Especial e juntando cópias às mesmas.

Desta forma, não há que se falar em descumprimento do dispositivo legal contido na norma do art. 526 do CPC, haja vista, que fora devidamente cumprido.

Isto posto, verifica-se no Acórdão embargado omissão na apreciação da fundamentação trazida pela Embargante em suas Contrarrazões ao Recurso Especial às fls. e-STJ – fl. 633" (e-STJ fls. 666/667).

É o relatório.

Decido.

Com efeito, há omissão que deve ser sanada. Nas contrarrazões ao recurso especial, a ora embargante alegou haver cumprido a norma do art. 526 do CPC, assim deduzindo:

"Ao que parece a empresa Minerita/recorrente, tomou como base tão somente as informações prestadas pelo Juiz 'a quo', fls. 529TJ, onde no item 4, afirma 'Registra que até a presente data não foi cumprido pela agravante o disposto no art. 526 do Código de Processo Civil...', o MM. sentenciante, não afirmou, apenas registrou.

Acontece que a ora recorrida/SBL, a tempo e modo CUMPRIU o disposto no art. 526, utilizando o PROTOCOLO INTEGRADO, peticionou e protocolou com n. 055216, em 25.07.2007, às 15:05 horas, na Comarca de Betim, sendo a petição recepcionada na Comarca de Bom Despacho, aos 30.07.2007, conforme n. 007299, às 15:17 horas e o despacho do MM Juiz 'a quo', ocorreu em 31 do mesmo mês. (fls. 529 TJ).

Diante do acima exposto e comprovado, juntando neste ato o comprovante determinado pelo art. 526 do CPC.

A recorrente, teve conhecimento de que a recorrida cumpriu o determinado no art. 526 do CPC, pois teve vista dos autos de Falência, na Comarca de Bom Despacho, em 18.01.2008, quando as partes foram intimadas. (doc. anexo), data em que ainda não tinha protocolado o Recurso Especial, pois este ocorreu em 09.04.2008, (fls. 582-TJ), nem julgado os Embargos de Declaração (fls. 575TJ), sendo assim litigante de má-fé.

Não pode alegar desconhecimento e inexistência do cumprimento por parte da ora recorrida do art. 526 do CPC.

Pelo que dos autos constam, o Recurso Especial postulado, não deve ser recebido e caso for, negado provimento, confirmando em todos os seus termos o v. acórdão hostilizado, pois as razões apresentadas não são suficientes para modificar o acórdão proferido" (e-STJ fl. 634 – grifei).

Para comprovar o alegado, seguiram anexos às contrarrazões os documentos de fls. 635/647 (e-STJ).

Ocorre que a verificação do efetivo cumprimento do dispositivo processual precluiu. O Juiz de Direito informou ao Tribunal de origem não ter sido "cumprido pela agravante o disposto no art. 526 do Código de Processo Civil" (e-STJ fl. 551). O TJMG, por sua vez, com base nos elementos presentes nos autos à época, expressamente decidiu que a agravante não teria satisfeito o mencionado artigo, assim:

"Aponta a recorrida violação do artigo 526, parágrafo único, do Código de Processo Civil, que dispõe:

Art. 526. O agravante, no prazo de 3 (três) dias, requererá juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que instruíram o recurso.

Superior Tribunal de Justiça

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo, desde que arguido e provado pelo agravado, importa inadmissibilidade do agravo.

Em que pese o recorrente não ter cumprido o preceito do artigo 526 do Código de Processo Civil, a finalidade legal foi cumprida, pois o juiz *a quo*, ao ser informado da concessão de efeito suspensivo, tomou conhecimento da interposição do recurso tendo, quando da prestação de informações, tido a oportunidade de retratar-se, modificando a decisão recorrida, caso quisesse. Lado outro, o não-cumprimento da regra do artigo 526 do Código de Processo Civil não impediu parte agravada de apresentar resposta ao recurso.

Pelas peculiaridades do caso concreto e em homenagem ao princípio da instrumentalidade das formas, julgo que o recurso deve ser conhecido, visto que não houve qualquer prejuízo às partes. (Precedente: REsp n. 701.395 – MT)" (e-STJ fl. 577).

Tal circunstância fático-processual ficou superada, tornando-se incontroversa, tendo em vista que nenhuma das partes recorreu para demonstrar a eventual satisfação do art. 526 do CPC. Caberia à ora embargante, por exemplo, opor embargos de declaração à época, para sanar eventuais omissões ou defeitos materiais no acórdão do agravo a respeito da obrigatoria e efetiva juntada, nos autos do processo, de cópia da petição de agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição.

Destaco, portanto, que a preclusão impede esta Corte não apenas de apreciar, no mérito, as alegações contidas nas contrarrazões apresentadas pela ora embargante acerca do efetivo cumprimento do art. 526 do CPC, mas também examinar os documentos juntados pela recorrida só após a interposição do apelo extremo. Isso porque as mencionadas contrarrazões não detêm o poder de reformar o acórdão no tocante à questão processual referida. Com efeito, cabe enfrentar nesta instância especial, tão somente, as consequências do descumprimento do art. 526 do CPC.

Ante o exposto, ACOLHO os embargos de declaração para sanar a omissão, mantendo, entretanto, o provimento do recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 24 de fevereiro de 2015.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator